

2ª ASSEMBLÉIA GUARANI

Falta de terra, o maior problema

Dezessete das 22 aldeias que participaram do encontro apontaram a não demarcação da terra como o mais grave problema enfrentado pelos Guarani

Trinta e oito lideranças representando 22 aldeias guarani do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul participaram da 2ª Assembléia Guarani, realizada na cidade de Registro (SP), entre os dias 2 e 5 de agosto passado. Foi a primeira assembléia coordenada pela Nemboaty Guasu Guarani, organização criada em setembro do ano passado e que congrega os Kaiová, Mbyá e Nhan-deva, os três subgrupos da nação Guarani.

Durante o encontro, os Mbyá da comunidade Palmeirinha, localizada na Área Indígena Mangueirinha (PR), denunciaram a tentativa, inconstitucional, da Funai de lotear o território indígena. Segundo os Mbyá Marcolino da Silva, vice-cacique, e Pedro Gabriel, o projeto da Funai prevê cinco alqueires de terra para cada Guarani solteiro, 10 alqueires para os casais sem filhos e 15 alqueires para os que tiverem filhos. Se a proposta da Funai for concretizada, os Guarani calculam que a comunidade de Palmeirinha perderá cerca de 700 alqueires de terra, aproximadamente, 1.680 hectares. Vivem na área 48 famílias, cerca de 300 pessoas.

Em apoio aos Mbyá ameaçados pelo projeto, a assembléia decidiu enviar um grupo de Guarani à Área Indígena Mangueirinha para participar da reunião que a comunidade teria com a Funai para tratar do problema, ainda em agosto. Mangueirinha é habitada majoritariamente pelos Kaingang.

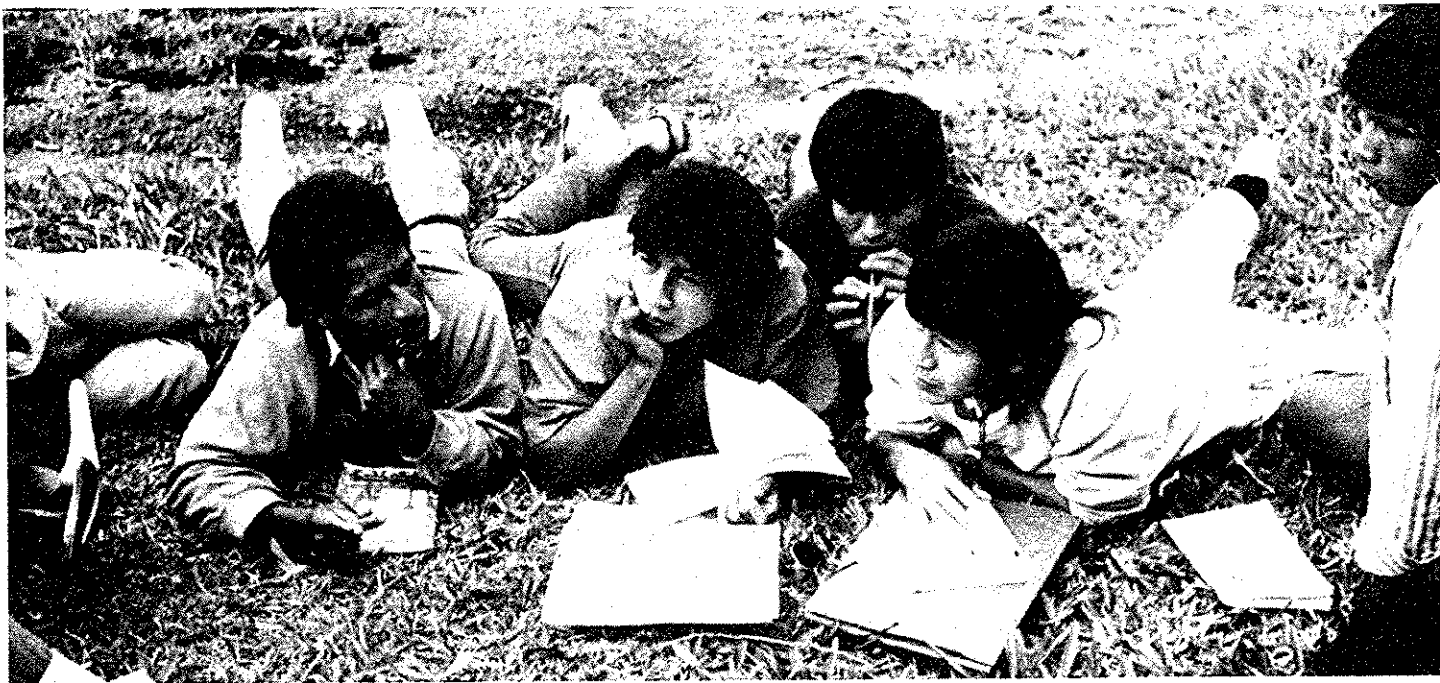
Levantamento dos principais problemas

A assembléia também enviou uma carta ao governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares, denunciando as violências cometidas por empregados da Fazenda Frazari contra a comunidade mbyá de Osório. No dia 31 de maio último, os empregados, fortemente armados, destruíram casas e ameaçaram os Guarani de morte, com o objetivo de se apossarem do território indígena. Na carta, a assembléia solicita a doação definitiva aos Mbyá da terra pertencente ao Estado, para pôr fim aos conflitos que tendem a se agravar.

Durante o encontro foi feito um levantamento dos principais problemas enfrentados hoje pelos Guarani e as formas de luta.

Dezessete comunidades apontaram a não demarcação da terra como o problema mais grave. Em nove áreas a situação é de conflito: Monaguá (SP), Bracuí (RJ), Paraguaçu (MS), Jarará (MS), Piracua (MS), Ocoí (PR), Palmeirinha (PR), Osório (RS) e Pacheco (RS).

Em outras três áreas — Guarita (RS), Limeira (SC) e Ibirama (SC) — os Guarani vivem em áreas tradicionais dos Kaingang e Xokleng, cujos



A representação Mbyá na discussão por grupo



Zeferino Kayová dirige-se à assembléia

caciques, manipulados pela Funai, segundo os índios, os estão ameaçando de expulsão.

Outro problema apontado foi o crescente empobrecimento das comunidades e a falta de assistência por parte do Estado para a agricultura, saúde e educação. A situação é mais grave no Mato Grosso do Sul, onde está aumentando o número de índios assalariados e bóias-frias nas fazendas e usinas de álcool da região. Além disso, existe o problema das seitas religiosas. Segundo o Kaiová José Veron, só na Área Indígena de Dourados atuam 25 seitas. A consequência mais dramática dessa situação tem sido o aumento dos

casos de suicídio entre os índios. Mais de dez Kaiová já se mataram este ano.

Como formas de luta, foram destacadas a autodemarcação da terra, realizada pelos Guarani do Espírito Santo em aliança com os Tupinikim; a ocupação da terra pelas comunidades de Paraguaçu, Piracua e Jarará, no Mato Grosso do Sul; e a pressão organizada aos órgãos estaduais e federais para garantia de seus direitos.

A organização de novos encontros

Outro momento importante da assembléia foi a discussão sobre o funcionamento da Nemboaty Guasu

Guarani. Foram criadas duas organizações regionais, a exemplo da Aty Guasu, que surgiu em 1989 no Mato Grosso do Sul. A primeira abrange os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A segunda, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cada comunidade indicará três representantes para a instância regional, que por sua vez elegerá sete representantes para a comissão que deverá coordenar os trabalhos da Nemboaty Guasu Guarani.

As primeiras reuniões das regionais serão realizadas em outubro próximo em áreas de conflito, como Bracuí, Palmeirinha e Piracua. O objetivo principal é discutir o problema da terra.

Segundo os participantes, a assembléia foi bastante representativa, pois das 50 aldeias Guarani conhecidas no País, 22 enviaram delegados. A representatividade é ainda maior se se levar em conta que a delegação do Mato Grosso do Sul, composta por oito pessoas, foi indicada pela organização regional Aty Guasu, que representa 19 comunidades do Estado.

Um dos momentos mais marcantes do encontro ocorreu justamente na hora da avaliação da assembléia, quando as lideranças políticas-religiosas tradicionais expressaram a satisfação e o apoio ao trabalho dos Guarani mais jovens na Nemboaty Guasu.

Participaram também da assembléia, como convidados, Patricio Makuxi, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Conselho Indígena de Roraima (CIR), e Jonas Tupinikim, da Articulação dos Povos Indígenas do Leste e Nordeste.